

Artigo 1

Tema

FAMÍLIA

A importância dos pais na educação segundo a percepção de universitários deficientes visuais

Mário Lúcio de Lima Nogueira

RESUMO

O presente trabalho é parte do resultado de uma pesquisa que entrevistou portadores de necessidades educacionais especiais que, apesar de todas as adversidades, lograram alcançar êxito no processo educacional chegando ao nível superior, buscando, através de suas falas, identificar possíveis formas de melhorar a formação dos professores da rede regular de ensino no que diz respeito à avaliação, análise, crítica e acompanhamento da situação ensino-aprendizagem destes alunos especiais em suas salas de aula, atendendo às suas especificidades e tomando possível a construção efetiva de uma educação inclusiva.

ABSTRACT

The present paper is part of the results of a research interviewing people with special educational needs (special disabilities) that, despite all adversities, had graduated successfully. They point out possible ways to increase the number of graduates in teaching schools for evaluation, analysis, reviews and following-up the teaching-learning of special students. This was due to the uniqueness and effective construction of the Inclusive Education.

A importância cada vez maior que vem sendo dada à Educação Especial nos últimos anos encontra-se intrinsecamente relacionada às questões do desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos. Dessa forma, cada vez mais estudos se concentram em buscar estratégias de ação para uma educação voltada para um desenvolvimento pleno da cidadania, onde os portadores de necessidades especiais possuam um lugar junto aos demais alunos.

Para Sassaki (1997), inclusão é um “processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (p. 41). A aprendizagem, em vista disto, deve se adaptar às necessidades das pessoas em vez de buscar a adaptação destas a paradigmas preconcebidos a respeito do ritmo e da natureza dos processos de aprendizagem.

O ensino regular tem excluído, sistematicamente, larga parcela da população escolar sob a justificativa de que ela não reúne condições para usufruir do processo de escolarização por apresentar problemas pessoais das mais diversas origens ou, nas palavras de Marchesi & Martin (1995), “apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade” (p. 11).

Este segmento é, via de regra, enviado à Educação Especial, onde é mantido anos a fio sem que consiga obter resultado significativo. Boa parcela das dificuldades apresentadas por estas pessoas também ocorre com as chamadas normais e que, não raro, residem em processos pedagógicos inadequados ou, pelo menos, não compatíveis com esta clientela específica.

A educação tem hoje como premissa fundamental conceder uma grande importância à atividade do aluno como sujeito, para que se forme e se desenvolva plenamente sob a direção segura de um professor capacitado, em um processo bilateral que tem lugar em um meio coletivo onde todos, dentro de um conceito de educação inclusiva, têm direito à voz.

A inclusão dos portadores de necessidades especiais deve ser vista como “um processo espontâneo e subjetivo que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos” (Glat, 1998:16), onde se consiga abandonar a metodologia que orientou a educação destas pessoas até a década de 60, que, segundo a mesma autora, era baseado na segregação e na separação de tais pessoas do restante da sociedade.

É importante lembrar que, assim como “fazer integração esquecendo o professor de ensino regular pode ser desastroso” (Fonseca, 1995:207), abandonar os recursos e a experiência existentes nas escolas especiais também será prejudicial à educação inclusiva. Todo o conhecimento acumulado nestas escolas necessita de ser resguardado e utilizado de modo que possa apoiar as escolas regulares na tarefa de educar os portadores de necessidades especiais. A adoção da educação inclusiva não significa que se prescindia de especialistas em Educação Especial, mas sim, que estes tenham novos papéis e responsabilidades, sendo seu trabalho planejado e incorporado à educação regular.

Quando o termo “Educação Inclusiva” é introduzido na maioria dos foros educacionais, para muitos educadores é como se tivessem aberto um campo de discussões intermináveis. Se, por um lado, esta posição ou atitude é motivo de preocupação pela carga de preconceitos que carrega, por outro se verifica que estamos falando de algo que envolve mudanças significativas do sistema educacional e da sociedade em seu conjunto. A educação é uma entidade conservadora e propostas de alterações desta natureza provocam em todos os envolvidos um ceticismo em grande escala que, para ser vencido, exige um grande esforço e dedicação daqueles que acreditam em Educação.

O problema é como dar um significado suficientemente alicerçado a esta mudança, pois só desta maneira este projeto desfrutará do apoio da maioria dos que estão envolvidos em Educação. Para isto, temos a necessidade de trazer o que se chama de retórica para a realidade. A produção de um novo discurso no corpo de conhecimentos desta natureza deve derivar de uma diversidade de foros e pesquisas que conduzirão a que a maioria dos participantes do processo esteja realmente bem informada e preparada para as alterações necessárias dos paradigmas, visto que estamos falando da transformação de um sistema educacional e que, justamente por isto, não pode ocorrer empiricamente.

O objetivo deste trabalho é ser mais um instrumento na busca de um caminho realista para a efetivação da Educação Inclusiva, preocupando-se, principalmente, pela falta de debates sobre o tema e pela necessidade de auxiliar na tomada de consciência buscando alcançar o apoio da comunidade para o nosso projeto de uma Educação destinada a todos.

Trabalhando e pesquisando sobre Educação Especial, temos observado que, na maioria dos estudos desta área, muito se fala *de* e *sobre* o professor; *de* e *sobre* o aluno sem, no entanto, a preocupação de ouvi-los. As opiniões dos alunos portadores de necessidades especiais e seus professores, com raras exceções (como por exemplo, Glat 1989, Mettrau 1994, 1995, Nunes, Glat, Ferreira & Mendes, 1998, Muller & Glat 1999 e Carneiro 1999) têm sido historicamente colocados à margem das discussões político-pedagógicas que envolvem este segmento, daí a importância de estudos que procurem compreendê-los a partir daquilo que falam.

Particularmente no caso dos portadores de necessidades especiais, uma das conseqüências existenciais mais graves desse processo de exclusão, e que os afeta sobremaneira, é que a partir do momento em que um indivíduo é rotulado (freqüentemente através de um diagnóstico) de “especial”, todas as suas atitudes e comportamentos, assim como suas expressões de subjetividade, passam a ser vistos sob o referencial da “anormalidade”. Em outras palavras, tudo o que ele fizer ou disser será considerado como um exemplo das supostas características do seu quadro.

O conceito que usualmente se tem sobre os portadores de necessidades especiais, segundo Nunes *et alli* (1998) é que eles são pessoas cujo desenvolvimento biopsicossocial acontece de modo diferenciado. A maior parte destes indivíduos desconhece sua própria potencialidade e geralmente encontra-se alienado de um processo de interação social ajustado aos padrões desejados pela sociedade onde vive. Assim sendo, a sua “autopercepção e a percepção de mundo destes indivíduos raramente são levadas em consideração na elaboração de teorias sobre educação e no planejamento e implementação de programas educacionais” (*op. cit.* p.89). Entretanto, estas pessoas têm sua própria compreensão sobre si mesmas, sua situação e suas experiências, e esta visão é, freqüentemente, distinta da perspectiva dos que formulam as políticas educacionais. Para evitar esta dicotomia, torna-se importante ouvir estes indivíduos para que possamos compreender como eles se vêem e como pensam a educação que recebem, seja para compreendermos o universo em que estão inseridos, seja para que denunciem sua condição, a problemática do processo educacional a que são submetidos e as possibilidades (necessidades) de uma Educação Inclusiva que, para eles, seja realmente significativa.

Esta foi a ótica utilizada na elaboração do presente trabalho, que foi levado a efeito através de entrevistas individuais realizadas com universitários portadores de necessidades especiais. Como resultado desta pesquisa, emergiram quatro temas principais que representam o pensamento dominante destes indivíduos com relação ao seu percurso na área educacional.

Suas falas centram-se, basicamente, em três temas que condensam as influências, positivas ou negativas, que receberam no decorrer do seu processo educacional: a influência parental, as interferências dos grupos de amizade e a importância da figura do professor. O quarto tema aparece com bastante importância, principalmente para os mais novos: a utilização das novas tecnologias na educação.

Dentre os temas estudados, discutiremos neste texto o valor que os indivíduos deficientes visuais atribuem a seus pais em seu processo educacional e que, segundo suas percepções, possibilitaram que atingissem a Universidade, apesar de todas as perspectivas negativas apresentadas pelos segmentos médicos e educacionais. É de se ressaltar a importância que os indivíduos ouvidos deram à possibilidade de poderem expressar seus sentimentos, preocupações e sugestões a respeito da Inclusão.

A família é, indiscutivelmente, a base da sociedade e, apesar da existência de debate em torno do seu papel atual e da sua composição, ela permanece como elemento-chave da vida e o principal alicerce do desenvolvimento humano. Constituindo-se uma unidade primária, qualquer acontecimento que afete um dos seus membros poderá causar influências em todos os outros integrantes da sociedade familiar.

Para Pichon-Rivière (2000), “na vida de relação sempre assumimos papéis e adjudicamos papéis aos outros. Em condições normais, cada um de nós deve assumir vários papéis ao mesmo tempo. (...) Todas as relações interpessoais em um grupo social, em uma família etc., são regidas por um permanente interjogo de papéis assumidos e adjudicados. Isto é, precisamente, o que cria a coerência entre o grupo e os vínculos dentro de tal grupo (p. 113)”.

Se levarmos em conta que todo ser humano é um emergente do seu grupo familiar, veremos que todos somos sujeitos passíveis de nos convertermos em depositários e/ou depositantes das ansiedades e dos conflitos do grupo. Esta situação torna-se ainda mais visível no caso específico de uma família onde existe um indivíduo com necessidades especiais, pois, com o seu ingresso no grupo, a estabilidade dos vínculos anteriormente estabelecidos perde-se. Segundo o mesmo autor (2000), “o vínculo configura uma estrutura dinâmica em contínuo movimento, que funciona acionada por motivações psicológicas, resultando daí uma determinada conduta, que tende a se repetir tanto na relação interna como na relação externa com o objeto (p. 16)”.

Particularmente com os pais de portadores de necessidades especiais, este vínculo pode gerar uma série de sentimentos conflitantes, entre os quais prevalece um começo de confusão em virtude do impacto causado pela notícia de que seu filho possui algum problema. Este fato impede a compreensão real do caso e, muitas vezes, os paralisa. Esta situação é altamente angustiante e, na tentativa de controlá-la, acabam por desencadear mecanismos de defesa, tais como a negação do acontecimento ou o pensamento mágico onipotente, através do qual, como em um passe de mágica, todos os problemas desaparecerão e seu filho ressurgirá perfeito e com boa saúde. Estes mecanismos, ao se estabelecerem como verdades, podem trazer graves conseqüências ao impedirem a adaptação a uma realidade que lhes permita realizar o duelo pela perda do sonho de um filho sadio e a elaboração dos sentimentos de culpa.

Esta situação, que felizmente não provocou uma desagregação familiar, nos é descrita por José (deficiente visual, 28 anos) quando nos fala: “Minha avó me conta que quando meus pais souberam que eu tinha um problema físico fizeram a maior confusão no hospital. Na verdade, eles demoraram a acreditar que isto estivesse acontecendo com eles. No início, eles tentaram esconder de todo mundo, achando que eu ia ficar bom e que não precisavam falar nada para ninguém. Eles rezavam muito, pedindo a Deus para que eu ficasse bom. Por sorte, eles logo perceberam que não ia adiantar só ficar rezando. Tinham que fazer alguma coisa e partiram para agir.”

Kirk & Gallanger (2000) procuram explicar este fato sob a justificativa de que, “quando uma mulher está grávida e os pais esperam ansiosamente a criança, inevitavelmente pensam muito a respeito do futuro do nascituro. Projetam objetivos favoráveis com aspirações elevadas. Querem que a criança seja bem-sucedida na vida, até mesmo um líder, seja certamente bem-educada e tenha segurança financeira. Podem até ter esperanças de que seu filho os ajudará quando envelhecerem” (p. 11).

As reações dos pais à informação de que seu filho é uma criança com necessidades especiais podem ser semelhantes às experiências da perda de alguém amado, por morte ou separação. Assim, também os pais atravessam um período que pode ser comparado ao luto pela perda de um filho “idealizado”. “É um tipo de morte simbólica da criança que deveria ter nascido” (*op.cit.* p. 11). Este período é composto por uma série de estágios que apresentam exigências novas às quais a família precisa adaptar-se. Cada novo estágio traz consigo problemas específicos que necessitam ser equacionados para que as famílias possam se desenvolver e desempenhar os seus papéis de uma forma eficaz.

Segundo Glat (1998), somente após alguns meses, a partir do momento em que os filhos especiais começam a emitir sinais de suas capacidades sensoriais e cognitivas, é que os pais tendem a se mostrar mais afetivos com eles. A percepção de que seu filho pode vir a ser uma pessoa ativa e capaz, de certa forma desfaz o choque inicial e possibilita o desenvolvimento de um sentimento de afetividade comum entre pais e filhos.

Esta afetividade pode levar muitos anos para ser elaborada e este tempo é variável para cada membro da família. Alguns conseguem vencer rapidamente as barreiras ao passo que outros demoram um pouco mais ou até, em casos mais extremos, nunca aceitam o fato. Como nos diz Luisa (deficiente visual, 27 anos):

“Meu pai demorou a aceitar que eu nunca seria a menininha linda que iria deslumbrar em todas as passarelas. Ele, no início, só me tratava com gelo. Não gostava de tocar em mim. Só depois que eu entrei no colégio e comecei a tirar boas notas é que ele viu que eu não era inútil e que poderia ser alguém e passou a me abraçar e conversar comigo. Isto acabou por fazer eu estudar cada vez mais para agradar meu pai e ver ele sorrindo.”

Esta reorganização emocional levará os pais a buscarem os métodos operativos de elaboração da situação e possibilitará a criação de um vínculo suficientemente sadio que proporcionará ao seu filho um conveniente suporte afetivo e as oportunidades de aprendizagem adequadas.

O trânsito por esse processo é altamente custoso afetivamente e não acontece de uma forma linear e espontânea, ou seja, não começa sem uma interferência externa e não se estabelece de uma forma constante. Passa-se por momentos de grande afetividade e outros em que a tristeza e até a depressão tomam conta. Muitas vezes não basta oferecer informações racionais aos pais, principalmente se estas não estão sustentadas por uma possibilidade real de uma intervenção psicoterapêutica familiar.

Esta situação pode acabar por provocar atitudes que dificultam o desenvolvimento integral do indivíduo. Dentre estas atitudes podemos destacar como mais comum, como nos diz Glat (1989), a de superproteção que, devido ao excessivo cuidado na busca de amparar e defender a pessoa especial no âmbito exterior, a família acaba por estabelecer laços de dependência que retardam de forma considerável seu processo de maturação e de socialização.

Este fato é bem lembrado por Beatriz (deficiente visual, 27 anos), ao dizer que: “Quando eu entrei em uma instituição especializada, tinha muita gente entrando comigo que já tinha 14 ou 15 anos e nunca tinha estudado. Tenho um amigo que entrou junto comigo e que já tinha 12 anos na época e que não sabia fazer nada. Chegaram a pensar que ele era deficiente mental. O cara é simplesmente um gênio. Ele, como os outros que entraram tarde, teve muita dificuldade para aprender as coisas. Estava sempre fora do ar, alienado. Não tinha tido contato com a vida e isto dificultava entender as coisas. Se você não tem uma idéia sobre uma coisa, não consegue fazer comparações e entender as outras.”

Pelo lado oposto, podemos citar o desprezo e o abandono a que são submetidos alguns indivíduos com necessidades especiais, não havendo nenhuma valorização de suas possibilidades e potencialidades, descuidando-se, muitas vezes, não só de seu trato pessoal, como também dos seus cuidados físicos e das mínimas atenções básicas das quais necessita. Isto acontece porque é difícil atender às necessidades primárias destas pessoas. “O pensamento de que a criança não atravessará um processo normal de desenvolvimento até a independência adulta representa um grande peso para os pais” (Kirk & Gallagher, 2000:12).

A melhor maneira de a família se comportar frente a um filho com necessidades especiais é buscar, com as devidas adaptações, tratá-lo do mesmo modo que trataria qualquer outro filho.

“Meus pais e meus irmãos sempre me trataram como os outros. Se eu caía, lá vinha ‘levanta e começa de novo, arranhão é aprendizado’. E hoje eu vejo que, graças a isto, eu sou independente. Faço as minhas coisas sozinho. Até no trabalho, as pessoas chegam a me procurar para eu explicar onde ficam os lugares, qual condução pegar, onde estão as coisas. Se têm dúvidas, vêm perguntar para mim...” (André, deficiente visual, 32 anos)

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que alguns pais, talvez como negação da realidade, esperam e exigem mais de seus filhos do que eles podem corresponder, produzindo deste modo situações de frustração e desânimo que prejudicam as relações interfamiliares.

Os pais, com o nascimento do filho com necessidades especiais, se deparam com a situação de verem frustradas suas expectativas de ter um filho “igual aos outros”, e de se acharem em uma situação na qual a criança necessitará de cuidados mais intensivos e diferenciados, o que implicará alterações em suas vidas pessoais. Na verdade, nossa cultura não ensina a cuidar de crianças diferentes e esta convivência com elas cria novas expectativas, suscitando o aparecimento de padrões específicos para fazer frente a situações e comportamentos diferentes dos normalmente encontrados pelos pais. É indiscutível a importância desta adaptação, pois é no seio da família que a criança aprenderá a lidar com sua diferença e desenvolver sua auto-imagem e, desta forma, criar o modelo de atitudes e comportamentos que usará ao passar a se relacionar com a sociedade em que estiver incluída.

A criação, desde cedo, de um ambiente familiar de aceitação, respeito e apoio acaba por produzir uma melhora na auto-estima do portador de necessidades especiais que passa a sentir-se amado, o que, conseqüentemente, vai possibilitar o início da vivência de um processo inclusivo.

As palavras de Glat (1996) são esclarecedoras a este respeito. Nos diz ela que “sua experiência de 20 anos lidando com pessoas portadoras de deficiência e suas famílias tem mostrado que os indivíduos mais integrados socialmente, isto é, que levam uma vida mais ‘normalizada’, são aqueles que são tratados de maneira mais natural, mais ‘normal’ por suas famílias, que estão, enfim, mais integrados na constelação familiar. Isto é válido não apenas para os casos de deficiências congênitas, mas também para os que, por doença ou acidente, vieram a se tornar deficientes na idade adulta. Canejo (1996), em recente estudo com pessoas portadoras de cegueira adquirida, constatou que os sujeitos que pareciam ter maior grau de integração social eram justamente aqueles que tinham um bom esquema de suporte familiar” (p. 25).

Cabe aqui ressaltar que este papel parental não é necessariamente cumprido apenas pelos pais biológicos sendo, às vezes, assumido por outras pessoas ou por instituições. No caso de Carla (deficiente visual, 31 anos), por exemplo, esta função foi cumprida por uma instituição religiosa, onde foi criada até a idade adulta.

É importante ressaltar que, quanto mais cedo for feita a identificação de uma necessidade especial, mais facilmente os especialistas poderão realizar o planejamento de programas de estimulação, de reabilitação, de desenvolvimento e de reforço, que, devida e sistematicamente orientados e executados, poderão salvaguardar a integridade do potencial de aprendizagem.

Não podemos nos esquecer, no entanto, de que a efetiva realização deste potencial é variável, na medida em que está em jogo a plasticidade adaptativa das estruturas e das funções do desenvolvimento humano, onde variáveis intervenientes atuam sem que, muitas vezes, possamos percebê-las.

Os estudos de desenvolvimento humano são unânimes em ressaltar certos períodos como fundamentais no processo de maturação, particularmente os situados nos primeiros anos de vida. As privações e as restrições nestes primeiros momentos podem estar associadas a déficits evolutivos irreversíveis e a distorções funcionais e estruturais. Aqui, mais uma vez, evidencia-se a importância da identificação ser feita o mais cedo possível, pois claramente permite situar o perfil apropriado e harmonioso dos comportamentos que caracterizam as primeiras fases de desenvolvimento.

Este posicionamento contrapõe-se à noção, muito aceita em nosso meio, de que uma criança com alterações em seu desenvolvimento conseguirá, com o passar do tempo, adquirir as condutas que não conseguiu adquirir no momento apropriado. Esta é uma crença baseada em conceitos errados, sem uma fundamentação teórica e que pode produzir danos profundos tanto no sujeito quanto em sua família, já que se perdem momentos críticos do desenvolvimento, ao obstruir a possibilidade de a criança experimentar situações de aprendizagem funcional e possibilitando que se cristalize um funcionamento patológico no grupo familiar.

A educação de uma criança portadora de necessidades especiais deve começar logo após o nascimento. Não se podem aguardar cinco a seis meses para se encaminhar e orientar uma criança. É preciso ver, identificar e intervir. Neste aspecto, somos dos que acreditam que é melhor fazer alguma coisa do que não fazer nada. Particularmente no campo da Educação Especial não há tempo a perder.

Desde o nascimento, é preciso despertar na criança portadora de necessidades especiais o desejo de conhecer e aprender. Os pais devem estimular e conversar mais com um bebê com necessidades especiais do que se conversa, geralmente, com os que não o são, bem como lembrar que as intervenções não devem ocorrer apenas na área psicomotora, mas também, na área social buscando, desde cedo, uma maior integração do portador de necessidades especiais na sociedade onde ele irá viver.

Muitos pais destas crianças, no entanto, sentem-se inseguros ao matricular seus filhos na rede de ensino regular por receio de discriminação. Alguns questionam a qualidade do ensino, alegando que o ensino para as crianças consideradas normais já é deficitário, como será, então, para seus filhos com necessidades diferenciadas?

Ocorre também que pais das crianças ditas “normais” freqüentemente sentem-se ameaçados com a presença de uma criança especial na turma ou na escola de seus filhos. Questionam se essa criança não atrapalhará o desenvolvimento dos outros alunos; se o ensino não perderá em qualidade com a presença dessa criança na classe, prejudicando a aprendizagem das demais; se a professora não deixará de dar atenção ao seu filho, por estar sobrecarregada com a presença de uma criança diferente. Esta atitude discriminatória, preconceituosa e fruto da ignorância, infelizmente, ainda está presente em nossa cultura, mesmo em pessoas de alto nível educacional, embora, muitas vezes, não se apresente de forma explícita. Em algumas ocasiões, no entanto, aparece de forma clara e, até agressiva, como nos conta Ingrid (deficiente visual, 26 anos): “Quando saí da instituição especial, fui para uma escola particular e, depois da primeira reunião de pais, minha mãe voltou de lá chorando. Ouvi quando ela contou para o meu pai que um sujeito, no meio da reunião levantou e disse que não aceitava que tivesse uma cega na turma do seu filho – que isto era um absurdo porque ele pagava caro para que seu filho tivesse um bom ensino e que uma cega ia atrapalhar as aulas. Ele ameaçou tirar seu filho do colégio se eu não saísse. E o pior é que vários outros pais que estavam na reunião acabaram por apoiar isto. Isto foi horrível para mim e para minha família. Fiquei sem clima para continuar no colégio, apesar das brigas que meu pai fez para eu ficar. Acabei indo para outro colégio mais simples e que me aceitaram bem.”

Educacional e socialmente, cabe ao adulto, começando pela família, a criação de um envolvimento estimulador adequado, que permita a edificação do desenvolvimento psicobiológico harmonioso caracterizado por suporte afetivo, condições de desenvolvimento emocional, lúdico e motor, facilidades de exploração do meio físico-social, relação e interação consistente entre o adulto e a criança para a manutenção da linguagem e para a apropriação das aquisições de socialização.

Outro aspecto relevante nessa construção da responsabilidade social é a questão da auto-estima. Se a criança se sente, desde cedo, responsável por alguma tarefa, realiza-a por si só e sente-se capaz de realizá-la novamente. Está sendo movida por uma auto-estima elevada, confiante no seu potencial.

Da mesma forma, se a criança precisa de auxílio para todas as atividades e não se sente responsável por nenhuma tarefa, mesmo que seja arrumar a mesa para o almoço, colocar o lixo na rua, ou arrumar seu próprio quarto, essa criança provavelmente crescerá com o sentimento de que precisará sempre de uma força externa, de outro alguém que não ela, para resolver suas situações.

“Lá em casa não tinha moleza. Cada um era responsável por ajudar em alguma coisa. Minha mãe dizia que ela era só para tomar conta de todo mundo e que todos nós tínhamos que ajudar. Era lavar louça, banheiro, cozinha, arrumar mesa, tudo. A gente se revezava nas coisas para não ficar pesado para ninguém e eu entrava junto, sem perdão. Se não ficava direitinho, tinha que fazer de novo. Hoje, como só eu não casei, até que minha mãe me dá uma molezinha, mas eu já acostumei tanto que continuo ajudando.” (Fernanda, deficiente visual, 31 anos)

A criança não deve receber mais apoios do que os necessários para ultrapassar a sua dificuldade. Existe uma tendência de se subestimar as potencialidades, sem uma avaliação correta das áreas fortes e fracas do indivíduo.

É importante que a família sinta-se confortável, segura, confiante e realista diante das novas possibilidades que surgem decorrentes da inclusão, pois considerar um portador de necessidades especiais uma eterna criança significa postergar para um amanhã incerto o momento difícil de ele enfrentar, como um membro efetivo, a comunidade social.

B i b l i o g r a f i a

1. FONSECA, V. Educação Especial: programa de estimulação precoce. Uma introdução às idéias de Feuerstein. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
2. GLAT, R. A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
3. KIRK, S. & GALLANGHER, J. Educação da criança excepcional. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

4. MARCHESI, A. & MARTÍN, E. Interação social e aprendizagem. *In*: COLL, C.; PALACIOS, J. & MARCHESI, Á. Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Vol 3. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
5. NUNES, L. R. P., GLAT, R. *et al.* Pesquisa em educação especial na pós-graduação. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
6. PICHON-RIVIÈRE, E. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
7. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Mário Lúcio de Lima Nogueira é mestre em Educação e psicopedagogo e especialista em Educação Especial.